



## Opinião Econômica

Cecilia Machado

Economista, professora da EPGE  
(Escola Brasileira de Economia e  
Finanças) da FGV



# IA, desemprego e os jovens qualificados

Transição definirá se tecnologia será motor de inclusão ou obstáculo para uma geração

No passado, transformações tecnológicas -como a disseminação do computador pessoal, nos anos 1980- reconfiguraram profundamente o mercado de trabalho, a estrutura de salários e as desigualdades. Os ganhos de produtividade foram expressivos, mas favoreceram mais os trabalhadores qualificados, em comparação aos de menor escolaridade ou inseridos em ocupações rotineiras que foram automatizadas, ampliando a desigualdade.

Agora, a inteligência artificial generativa (IAG) sinaliza nova onda de mudança. Algumas ferramentas, como assistentes virtuais em serviços de atendimento, aumentam a produtividade em torno de 15%, chegando a 30% em

alguns casos. Já os impactos em emprego variam conforme o perfil dos trabalhadores. Muitas aplicações concentram-se em geração de textos, sínteses e códigos -tarefas típicas dos recém-ingressos no mercado de trabalho. Não por acaso, a taxa de desemprego entre jovens recém-formados está, pela primeira vez em 30 anos, acima da média da economia americana. Evidências recentes confirmam que os efeitos recaem sobretudo sobre eles.

Dados de milhões de trabalhadores nos EUA mostram que jovens de 22 a 25 anos em ocupações expostas à IAG sofreram queda de emprego de 13% desde 2022, período de forte expansão do uso dessas ferramentas no trabalho.

Para as demais faixas etárias, nas mesmas funções, o emprego continuou crescendo. Já em ocupações menos expostas, jovens e adultos tiveram trajetória semelhante.

Isso sugere que a IAG está moldando de forma decisiva o início da carreira de muitos jovens, especialmente daqueles que investiram em “conhecimento codificado”, adquirido em cursos formais, mas facilmente replicado pelos algoritmos. Nem todo uso da IAG, contudo, está associado à queda do emprego: quando as aplicações complementam o trabalho humano -apoio a processos, transmitindo boas práticas, difundindo conhecimento-, o emprego de jovens até cresce. A redução concentra-se nas aplicações

que automatizam tarefas.

Esta dinâmica é inédita: em vez de abrir espaço para os jovens mais escolarizados, como ocorreu em ondas tecnológicas passadas, a IAG tende a restringir as oportunidades iniciais. Se a tendência se consolidar, os jovens encontrarão menos portas abertas não por falta de qualificação, mas porque parte de seu conhecimento já foi absorvida pelos algoritmos.

De um lado, os ganhos de produtividade são reais, podem dinamizar a economia e até produzir novas ocupações. De outro, se a substituição recair sobre os jovens, os custos sociais poderão ser elevados e duradouros. O risco não é apenas de maior desemprego entre os recém-formados, mas

de erosão do processo de aprendizado no trabalho -momento crucial de acumular “conhecimento tácito”, construído pela prática e menos suscetível à automação. Sem esse processo, compromete-se a formação da experiência que sustenta o futuro da força de trabalho.

A regulação da IAG não deve se restringir aos riscos de segurança ou aos vieses algorítmicos: é essencial incorporar também seus efeitos distributivos. Isso significa incentivar aplicações que fortaleçam o aprendizado dos recém-ingressos, atualizar currículos universitários para incluir as novas competências demandadas e apoiar a realocação dos trabalhadores afetados. A forma como conduzirmos essa transição determinará se a revolução da IAG será motor de inclusão produtiva ou, ao contrário, obstáculo para toda uma geração.

escala

App Banrisul  
**Moderno mesmo é facilitar a vida.**

Baixa o app e abre tua conta.

# Entidades do agro unem forças diante da crise no campo gaúcho



Claudio Medaglia  
claudiom@jcrs.com.br

Um grupo de trabalho permanente será criado para articular medidas emergenciais e estruturantes de enfrentamento à crise no campo gaúcho. A decisão foi tomada nesta quinta-feira, em reunião na Fetag-RS, que uniu lideranças das principais entidades do agro, do cooperativismo e representantes dos Executivos e Paramentos federal e estadual. O próximo encontro já tem data marcada: quinta-feira, dia 30, às 14h, na sede da Farsul. O grupo deverá consolidar propostas a serem apresentadas às instâncias federais e estaduais. O objetivo é definir medidas imediatas de socorro aos produtores e construir uma política de crédito, seguro e comercialização capaz de sustentar o setor no longo prazo.

O tom do encontro foi de urgência - talvez um dos últimos sinais de alerta antes do desastre. Segundo o presidente da Fetag-RS, Carlos Joel da Silva, a crise rural no Rio Grande do Sul é estrutural e sistêmica, e suas consequências já atingem toda a economia estadual.

“As respostas precisam ser coordenadas: dos produtores, dos governos federal e estadual, dos parlamentos e também do mercado, que precisa compreender a importância de manter vivas as cadeias produtivas”, afirmou o dirigente. O consenso no encontro foi de que a crise é profunda, e o tempo para agir está se esgotando.

O diretor jurídico da Federarroz, Anderson Belloli, descreveu o cenário como “assustador”. Ele alertou que o nível de endividamento rural é inédito e que as dificuldades de acesso aos recursos da Medida Provisória 1.314/2025 agravam o quadro. “O tornado ainda está apenas se aproximando, sa-

cudindo as folhas das árvores. Se não agirmos, a devastação será grande - e pelo menos 30% dos produtores deixarão a atividade”, advertiu. O setor leiteiro foi apontado como um dos mais afetados pela crise. Mesmo fora do pico de produção, os preços continuam em queda, refletindo o aumento das importações, o encarecimento dos insumos e a saída de produtores da atividade.

Entre as soluções propostas estão campanhas de incentivo ao consumo de leite e derivados, ações da Conab para regulação de estoques e apoio à diversificação e industrialização da produção familiar. O endividamento e a escassez de crédito dominaram as discussões. As entidades cobraram do governo federal a inclusão das operações de custeio e investimento da safra 2024/2025 nas medidas de renegociação de dívidas, hoje restritas a contratos anteriores.

Carlos Joel da Silva classificou



Importações de leite, arroz e trigo têm derrubado preços no Estado

como insuficiente os R\$ 12 bilhões anunciados para o setor. “R\$ 12 bilhões não fazem nem cócegas”, afirmou, defendendo o uso de recursos do Fundo Social do pré-sal, estimado em R\$ 15 bilhões, para aliviar a pressão sobre os produtores. A Farsul propôs ajustes legais que permitam maior flexibilidade aos bancos e a criação de um fundo garantidor estadual, com aval solidário, inspirado em modelos como o Fundesa e os fundos do setor fumageiro. As lideranças criticaram o aumento das importa-

ções de leite, arroz e trigo do Mercosul, que têm derrubado preços e ameaçado a competitividade da produção gaúcha. Além de concorrerem com produtos nacionais, as importações chegam ao mercado sem cumprir os mesmos padrões sanitários e de rastreabilidade exigidos no Brasil. A proposta é que o governo revise os acordos comerciais do Mercosul, aproveitando a presidência temporária do bloco, e proíba incentivos fiscais a empresas e redes varejistas que importem lácteos.